## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº	DE 2024
(Da Sra. Adr	iana Ventura)

Requer a realização de audiência pública para debater o Formas de seleção de pessoal na administração pública brasileira.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o objetivo de debater formas de seleção de pessoal na administração pública brasileira:

- a) Representante do Ministério da Gestão e Inovação Para oferecer a visão do Governo sobre as práticas de contratação/seleção de pessoal e os desafios enfrentados na implementação de novas formas de contratação - além de comentar sobre a receptividade da administração pública à implementação de práticas de remuneração variável.
- b) Representante da Controladoria-Geral da União (CGU) Para fornecer uma visão sobre as diretrizes de transparência, integridade e controle nas formas de contratação, além de abordar os mecanismos de fiscalização e prevenção de irregularidades - incluindo mecanismos para aprimoramento de contratos por tempo determinado.
- c) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) -Para representar a sociedade civil e trazer uma perspectiva sobre os aspectos legais e éticos envolvidos nas diferentes formas de contratação na administração pública brasileira, além de levantar





questões relacionadas aos direitos dos cidadãos e a defesa do interesse público.

- d) Representante da Fundação Cesgranrio Para trazer a perspectiva prática a partir do papel da fundação na organização do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU).
- e) Carlos Ari Sundfeld Professor e pesquisador especializado em Administração Pública, para trazer uma perspectiva acadêmica e técnica sobre os critérios de promoção na administração pública brasileira, bem como discutir as implicações de possíveis novas abordagens.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A realização de uma audiência pública dedicada ao tema das formas de contratação de pessoal na administração pública brasileira se revela crucial diante do cenário de constantes transformações sociais, econômicas e tecnológicas. A busca por eficiência, transparência e eficácia na gestão dos recursos públicos demanda uma análise aprofundada das práticas vigentes e a avaliação de novas alternativas que possam otimizar os processos de contratação, garantindo a entrega de serviços públicos de qualidade à sociedade.

Este evento se justifica pela relevância e urgência em discutir e aprimorar a seleção de pessoas na administração pública brasileira, visando a promoção da efetividade na utilização dos recursos públicos, o fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização, e o incentivo à inovação e à competitividade nos processos de contratação.

Em primeiro lugar, a audiência pública se faz necessária para debater as possibilidades de implementação de formas de contratação por tempo





determinado. Este modelo apresenta-se como uma alternativa viável para atender às demandas pontuais da administração pública, permitindo a contratação de profissionais especializados por um período específico, sem a necessidade de concursos públicos demorados e burocráticos. A discussão sobre os critérios de seleção, os limites temporais e as garantias trabalhistas associadas a essa modalidade de contratação é fundamental para assegurar a sua legalidade e legitimidade, bem como para evitar possíveis abusos e precarizações das relações de trabalho.

Além disso, a audiência pública proposta visa promover uma análise crítica e aprofundada de outros métodos de contratação já existentes na administração pública brasileira. Nesse sentido, é imprescindível examinar a eficácia e a eficiência dos modelos tradicionais de contratação, como as licitações públicas, as contratações diretas e as parcerias público-privadas, identificando suas potencialidades e limitações, bem como propondo medidas para aprimorar esses instrumentos e mitigar possíveis falhas e irregularidades.

A participação de autoridades, especialistas, representantes da sociedade civil e demais interessados nessa audiência pública é essencial para enriquecer o debate, compartilhar experiências e conhecimentos, e construir propostas e soluções que atendam às necessidades e aos interesses da população brasileira. A diversidade de perspectivas e o diálogo entre os diferentes atores envolvidos são fundamentais para a construção de políticas públicas mais democráticas, transparentes e eficientes.

Em suma, a realização desta audiência pública sobre formas de contratação na administração pública brasileira se justifica pela importância estratégica de repensar e aprimorar os processos de contratação, visando o interesse público, o desenvolvimento sustentável e a promoção do bem-estar social.

Nesse sentido, requer-se a realização de uma audiência pública e solicita-se o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.





Sala da Comissão, de março de 2024.

## Deputada **ADRIANA VENTURA** NOVO/SP



